

## ATA DA 14ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM QUATRO DE DEZEMBRO DE 2013.

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Quarta Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, Biênio 2012 – 2014, na Prefeitura de Santos, **Praça Visconde de Mauá, s/ nº**, Sala Princesa Isabel, Centro – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação das Atas das 12ª e 13ª reuniões; 2 – Apresentação – Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Sr. Bruno Covas; 3 - Apresentação e aprovação do projeto "Gestão do sistema de drenagem como ferramenta para melhoria da balneabilidade." Sr. Marco Aurélio Neves - SEMAM; 4 - Comunicados da Secretaria; 5 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SEDUC, SIEDI, SEAS, SECID, UNILUS, UNIMES, FATEC, CIESP, ASSOC. COM., COMEB. Justificaram a ausência: SETUR, UNISANTA, UNIMONTE, SOROPT. PRAIA. O Presidente João Guedes abriu a reunião agradecendo a presença das autoridades, Secretário Estadual de Meio Ambiente, Sr. Bruno Covas, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Luciano Cascione, Secretário Municipal de Assuntos Portuários, Sr. Eduardo Lopes, Secretário Adjunto Municipal de Meio Ambiente, Sr. Mauro Haddad. Convidou o Secretário Bruno Covas a iniciar sua apresentação. Este agradeceu, cumprimentou a todos e iniciou a explanação sobre as principais ações da Secretaria e suas políticas públicas, principalmente as que se referem a Santos e à Baixada Santista. Enfatizou que o Meio Ambiente deixou de ser um tema secundário das Políticas Públicas, do empresariado e de toda a sociedade e a Secretaria reflete esse crescimento da agenda ambiental nos mais diversos temas e coordenadorias, com mais de 150 programas. Mencionou que a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo foi a 1ª. do estado, instaurada por Franco Montoro, em 1986, fruto da recuperação da área de Cubatão, uma Chernobyl brasileira, onde muitas crianças nasciam sem cérebro e a encosta da Serra do Mar ficou ameaçada. Hoje ela se divide em 7 coordenadorias, gerencia 10 parques urbanos, 3 Institutos de Pesquisa, 2 Fundações Florestais, uma delas, a APA Marinha. Atualmente o estado tem assumido a proteção da fauna, antes de âmbito federal, com o IBAMA. A CETESB, unificou os 4 órgãos licenciadores e a fiscalização é delegada à polícia ambiental. Os pagamentos de multas são investidos em programas, como de recuperação de mata ciliar e nascentes, repassados a proprietários rurais e RPPNs. Parte será repassada aos municípios para gestão de Resíduos Sólidos, embora seja responsabilidade deles, e à Educação Ambiental, através de concurso para premiar as boas iniciativas. Previsto na mudança do Código Florestal, foi criado um cadastro nacional ambiental eletrônico para os 330 mil proprietários rurais fazerem a regularização ambiental. E em breve será lançado o nacional. Na Baixada, são cerca de 1000 propriedades. Estabeleceram um protocolo com o setor da cana, que corresponde a ¼ do setor agrícola, em relação às queimadas, com prazo para 2014 nas áreas planas e 2017 nas não planas, com exigências como redução de uso de água, proteção da mata ciliar e redução do gás carbônico, que já equivale a 59 mil ônibus circulando em um ano. Foram investidos R\$ 2 bilhões para se adequarem. Não é obrigatório, mas questionado pelos grandes compradores. Também será lançado um protocolo com o setor de silvicultura produtores de pinus e eucalipto, para receber o selo de boas práticas. A linha da Secretaria é de conversar, dialogar

com os setores, mostrando que é possível conciliar o meio ambiente com o desenvolvimento econômico. Explicou sobre a operação corta fogo, que controla os incêndios florestais, com coordenação de monitoramento, controle e combate. A meta é que em 2020 haja 20% menos de CO<sup>2</sup> e 50% menos de incêndios em relação a 2005. Comentou que ao chegar à Secretaria levantou quanto de investimentos advindos de licenciamentos estavam represados pela burocracia, na CETESB. Eram R\$ 6 bilhões aguardando licenciamento. Trata-se de um ato administrativo vinculado e a obrigação da Secretaria é dizer se o implemento está de acordo ou não com a legislação. Se a legislação permite, dói no peito licenciar, por exemplo, uma termoelétrica, mas somos obrigados a cumprir a lei. Reduziu o prazo médio de análise dos processos de EIA/RIMA de 329 dias para 128, com apoio da informatização, revisão dos procedimentos, para dar resposta o mais rápido possível sem nenhum tipo de flexibilização. Estão lançando, com patrocínio do Banco Mundial e da PETROBRAS, a Sala de Cenários, colocando os estudos e levantamentos da CETESB em plataforma geoespacializada, diminuindo os custos e evitando que se coloquem estudos já realizados. Foram mais de 15 mil ofícios respondidos ao Ministério Público e a senha de acesso foi disponibilizada aos promotores, o que agilizou os procedimentos, pois os funcionários que respondiam ofícios passaram a ter tempo para analisar os processos de licenciamentos ambientais. Explicou sobre o SILIS, selo declaratório, para os que não precisam de licenciamento, para áreas de baixíssimo impacto ambiental. Antes era gerada uma declaração de dispensa, o que acabava se tornando mais um processo. Agora utilizam este sistema de autodeclaração na internet, fiscalizado pela CETESB, com resultado de 99,5% de conformidade. Para que os técnicos se dediquem à análise dos grandes empreendimentos, também será lançado o Via Rápida Ambiental, processo autodeclaratório para baixo impacto, cerca de 30% do total e a CETESB fará apenas a fiscalização. Só este ano, foram mais de R\$ 20 milhões de compensação ambiental. Quanto aos aterros, desde 2011 passaram a exigir e a avaliar novos tratamentos dos municípios e os irregulares caíram de 153 para 54. Na região, apenas Peruíbe continua irregular. Em reunião com o Prof. Fábio Nunes – Fabião – assinaram com diversos setores o termo de responsabilidade de logística reversa. Prof. Fabião perguntou quantos CNPJs já se comprometeram e o Secretário respondeu que cerca de 4 mil, alguns diretos com os setores e outros com empresas de setores que ainda não aderiram diretamente. Acrescentou que as empresas que não se adequarem, no futuro não poderão comercializar no estado de São Paulo. Espera que o governo federal também implante programas nacionais para que as indústrias fora de SP também participem. Quanto ao Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, 140 dos 645 municípios já os informaram. Capacitaram 400 municípios, sugeriram que ao invés de contratar consultorias, realizem a análise internamente com seus técnicos e utilizem a verba para melhorias na estrutura. O movimento Nacional de catadores terá um cadastro estadual, que em breve será assinado pelo governador, com pagamento de serviço estadual urbano, já realizado por Minas Gerais, o que aumentou o índice de reciclagem. São Paulo não arrecada nem 10%, comparou à Alemanha que recicla mais de 90%. O Brasil está muito atrasado em relação a outros países, neste item. Haverá um Fundo para as áreas contaminadas, que na Baixada Santista são 227, no estado, 4500, mais de 2 mil hectares. O governador já assinou o FEBRAC e esta verba será doada aos municípios para recuperarem estas áreas e o estado poderá emprestar aos particulares a custo zero. Em abril, o governador assinou um novo padrão estabelecido pela OMS para avaliar a qualidade do ar,

vinculada ao licenciamento ambiental, com compensação, e 4 estações na Baixada Santista. O Programa Município Verde Azul, com coordenadoria específica, funciona com notas de 0 a 100, balizado por 10 diretivas que avaliam a gestão ambiental do município. Os prêmios são para os 35 primeiros colocados e para os 15 que melhoraram seus índices. Não penalizam os maus colocados, esperam que a população faça isso nas próximas eleições. No Zoneamento Ecológico Econômico, analisam quais áreas podem ocupar e licenciar empreendimentos de acordo com o impacto e nas quais não se licencia nenhuma atividade econômica. Iniciaram o processo de revisão do Zoneamento do litoral norte, que pode ser atualizado, e estão concluindo o do Litoral Sul e Vale do Ribeira. Também enviaram projeto para construir o zoneamento na área não costeira. Em relação às Unidades de Conservação, há projetos com parceria de gestão, na Cantareira, Campos do Jordão, Pico do Jaraguá, com concessão das áreas de uso comum, para restaurantes, trilhas, lojas, com visitas às áreas, tendo como exemplo a de Foz de Iguaçu. Antes, a presença do homem conflitava com a preservação, mas a Educação Ambiental conscientiza, mostra a importância da natureza, a biodiversidade da Mata Atlântica, da qual temos muito em nos orgulhar, e desenvolve a geração de emprego e renda para as comunidades no entorno, além de fazer da população um parceiro na preservação desse espaço. Mostrou o projeto do Instituto Florestal para concessão de plantações de pinus e eucalipto, com manejo por 20 anos, em área de cerrado, devolvendo a área restaurada com vegetação nativa, ampliando-a em 50%. Informou sobre a criação do mosaico da Jureia, com planos de manejo no litoral. Iniciaram a revisão da Legislação Ambiental, de 1986 a dezembro de 2012 e as 1240 resoluções passaram a 380. No momento, em processo de consolidação por temas. No site acesso ambiente há informativos, estudos e pesquisas e no site do Instituto Geológico encontram-se planos de prevenção a desastres naturais, junto à Defesa Civil: [http://www.igeologico.sp.gov.br/ler\\_noticia.asp?id=552](http://www.igeologico.sp.gov.br/ler_noticia.asp?id=552). Sr. Bruno Covas agradeceu a atenção e a oportunidade e se colocou à disposição do Conselho. O Presidente passou a palavra ao público. O conselheiro Sr. Jaime/SOS Orquidário perguntou sobre invasão e casas construídas em áreas protegidas da Serra do Mar e em Itatinga. Sr. Eduardo Lustoza/CREA arguiu se o tempo de licenciamento não pode diminuir com sistema informatizado de fiscalização. Também perguntou sobre o incentivo para energias termossolar e fotovoltaica. Sra. Regina/SOS Praias falou sobre a importância da Educação Ambiental, entregou cartilhas confeccionadas pela ONG, com apoio da SABESP e do Prof. Fabião, e perguntou sobre as ações do estado em relação à balneabilidade das praias. Sr. Mauro Haddad, como Secretário Adjunto de Meio Ambiente e vice-presidente deste Conselho, informou sobre o sistema de fiscalização em Santos que age em conjunto com a defesa civil, guarda municipal, polícia ambiental, na área continental, Zona Noroeste e a Baía de Santos, que não está inserida na APA Marinha. Também anunciou o lançamento em Santos do piloto do Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos Sólidos, no dia 09 de dezembro. Perguntou se o sistema de baixo impacto poderia ser utilizado para que estas áreas sejam licenciadas pelo município. Em relação à poluição do ar, ressaltou que a CETESB e o IBAMA não incluem materiais particulados na área portuária em seus licenciamentos e solicitou a revisão destes. E após o ocorrido com o Terminal Coopersucar, seria o momento de cobrar esta mudança, antes que chegue ao extremo. Sr. Jessé Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Ciclistas, perguntou se há possibilidade de incluir programas e ações com bicicletas no Programa Município Verde Azul e ao liberar licenças

ambientais, que incluam ciclovias, e não ciclofaixas, para maior segurança, formando ligações com empreendimentos como shoppings. O Secretário agradeceu e respondeu às perguntas. A recuperação da Serra do Mar já está em andamento, com a transferência de 4 mil famílias, sem processo judicial, e meta de 5 mil e com ampliação para todo o litoral onde há áreas de risco. Em relação à Itatinga verificará com a Polícia Ambiental e sugeriu que o Conselho envie este tipo de manifestação, pois não conseguem olhar toda a área onde há invasões. Hoje o sistema aponta qualquer supressão não autorizada acima de 0,2 hectares, comparando, o sistema utilizado na Amazônia funciona acima de 20 hectares. Quanto ao licenciamento, baseado na Lei Complementar 140, estabeleceu-se a responsabilidade de cada governo e a obrigação é de apenas uma licença, mas o município pode e deve participar desse processo. Também será estabelecido pelo CONSEMA o que é de baixo impacto para que o município licencie, após passar pelo via rápido de forma declaratória, visando a redução da burocracia. Quanto à pergunta do Sr. Lustoza, respondeu que quanto mais informatização, custos e prazos serão diminuídos. Explicou que o estado possui um setor que gerencia as energias, mas que os leilões são federais, por isso o estado não tem tanta autonomia. Contudo, o plano estadual de energia prevê aumentar a matriz de energias renováveis de 54%, acima da matriz nacional e internacional, para 64% em 2020. À Sra. Regina, confirmou que a SABESP se empenha na melhoria do saneamento básico, com investimento bilionário, e na conscientização da população e que na média dos anos a duração de praia própria tem aumentado. A meta é a universalização, ter Municípios 300% no estado, com 100% de coleta, 100% de tratamento e 100% de abastecimento. Respondeu ao Sr. Mauro que o vereador Banha solicitou ao CONSEMA que fizesse a proposta para que este tipo de atividade que polui o ar com partículas, seja incluída no licenciamento e na fiscalização. Ao Sr. Jessé, disse que já existem critérios no Programa que pontuam municípios com iniciativas com ciclovias. Levarão À CETESB para incluir como contrapartida nos licenciamentos. O Secretário de Transportes Metropolitanos tem planos de ciclovias até como facilitador da mobilidade urbana e também para incluir em compensação ambiental. O Secretário Cascione agradeceu, elogiou duplamente, pela atenção e pela atuação na Baixada Santista e por Santos. E ao Governador Geraldo Alckmin pela nomeação e liberdade que lhe deu para trabalhar e, assim, conseguiu desenvolver e transformar, melhorar várias ações, digno de elogios e apoio de todos nós. Lembrou que em campanha para prefeito, em 1961, seu avô, Sr. Mário Covas, já demonstrava preocupação com questão atmosférica, defendendo o transporte coletivo por trólebus e não a diesel, à frente de seu tempo. O Presidente agradeceu aos Secretários, que é uma honra recebê-los no COMDEMA. Dando continuidade à pauta, passou a palavra ao Sr. Marco Aurélio, Chefe de Departamento de Políticas e Controle Ambiental. Explicou o projeto, escolhido em tratativa com o Dr. Daury e o Secretário Luciano a partir de uma carteira de projetos apresentada por este, para receberem e aplicarem recursos destinados ao município. E que faz parte destas tratativas que o COMDEMA refere o que foi decidido pelo Fundo, valendo lembrar que é formado em sua maioria por representantes do COMDEMA. Dr. Daury estabeleceu que repassará o recurso desta multa, de R\$ 753 mil, desde que para execução deste projeto específico. E este visa melhorar a balneabilidade, aplicando em equipamentos de modernização do monitoramento e de drenagem. Um deles é a infovia, sistema de fibras óticas para comunicação e controle das comportas, sendo que já existem vários próprios da Prefeitura utilizando o sistema, interligados entre si, gerenciados pelo Departamento de

Informática – DETIC. Também contempla a troca de 13 motores, medidor de nível das marés e dentro dos canais e 13 câmaras de segurança. O sistema impedirá que essas águas escoem pelo sistema de esgotos da SABESP. Abrange os canais de 1 a 6 e 7 comportas intermediárias. O gerenciamento será feito pela SECOMB, instalada no Posto 3 e outros próprios municipais que já possuem o sistema. Sr. Bandini sugeriu que para aperfeiçoar o trabalho, nas próximas vezes as matérias a serem votadas cheguem com antecedência para análise e deliberação. O projeto foi votado e referendado por unanimidade. Entre os Comunicados da Secretaria, a secretária Sandra Cunha deixou à disposição ofícios de vereadores em cópia para o COMDEMA, em sua maioria, sobre arborização. Avisou que o calendário de 2014 será enviado por e-mail, com recesso em janeiro e próxima reunião em 05 de fevereiro, com o que todos concordaram, a não ser Sr. Alex/OAB. Anunciou a 1ª Feira de Orgânicos organizada pela SEMAM, no Gonzaga, dia 15 de dezembro, na UME Leonor Mendes de Barros. Em Assuntos Gerais, Sr. Jessé destacou a importância de um ecoponto para bicicletas que podem ser recuperadas e doadas. Também sugeriu que sejam colocadas bicicletas para recolherem os sacos com resíduos na orla. O Presidente solicitou que encaminhasse os projetos ao COMDEMA. Sr. Jaime destacou que muito do que é apresentado não sai do papel, mas elogiou que agora estão sendo colocados em prática, como a divulgação dos ecopontos no D.O. e a Feira de Orgânicos em vários pontos da cidade. O Presidente agradeceu, desejou a todos Boas Festas e um ótimo retorno em 05 de fevereiro de 2014. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo presidente João Guedes Neto.

JOÃO GUEDES NETO  
Presidente

SANDRA CUNHA DOS SANTOS  
Secretária